



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental

O CARÁTER DESTRUTIVO DO CAPITAL E O MEIO AMBIENTE: elementos de um colapso ambiental em curso

SAMUEL DE SOUZA PINTO ¹
WESLEY HELKER FELÍCIO SILVA ²

O presente trabalho se consiste no estudo da crise estrutural do capital e dos seus efeitos destrutivos para reprodução social. A apreensão dessa dinâmica do capitalismo é fundamental para a apreensão dos indicativos dum colapso ambiental que castiga a humanidade e a impossibilita de pensar as alternativas do futuro. O trabalho tem como operação metodológica o método crítico dialético e realizou-se uma pesquisa bibliográfica objetivando elencar categorias teóricas que o sustentam, buscando a compreensão do processo do capital e da sua expansão que ignora princípios éticos da humanidade na sua relação com a natureza e a conduz para um abismo.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital; Colapso Ambiental; Natureza

El presente trabajo consiste en un estudio de la crisis estructural del capital y dos de sus efectos destructivos sobre la reproducción social. Comprender la dinámica del capitalismo es fundamental para comprender dos indicadores de un colapso ambiental que castiga a la humanidad e imposibilita pensar en alternativas de futuro. Se realizó otro trabajo como operación metodológica o

1 Estudante de Graduação. Universidade Estadual De Montes Claros

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual De Montes Claros

método crítico dialéctico y se realizó una investigación bibliográfica con el objetivo de enumerar categorías teóricas que lo sustenten, buscando una comprensión del proceso del capital y su expansión que desconoce principios éticos de la humanidad en su relación con la naturaleza y conducto a un abismo.

Palabras-claves: Crisis estructural del capital; Colapso Ambiental; Naturaleza

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os impactos causados pelas atividades do sistema do capital tem tido fundamental importância na emergência do atual colapso ambiental no planeta. Alguns fatores tem contribuído fortemente para o aceleração desta crise: a destruição e poluição de habitats naturais, a produção exacerbada de mercadorias, as mudanças climáticas e principalmente a superexploração de recursos naturais. Uma crise ambiental, em curtas palavras, é definida como quando o ambiente passa por mudanças críticas que desestabilizam a sua continuidade e, conseqüentemente, os impactos dela resultam em reflexos em toda a vida humana e não humana.

O presente trabalho se justifica a partir de uma indagação pessoal e afinidade com o tema proposto, atrelado com a relevância e significado das vivências na Universidade para a formação, as quais, para além da sala de aula corrobora com uma melhor qualificação profissional. Este processo sustentado e direcionado pelo tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, constituem elementos fundamentais na

construção permanente e dinâmica do pensamento social crítico, abordagem histórico-dialética que norteiam esta pesquisa.

Existem muitas causas possíveis para um colapso ambiental, no entanto, o presente trabalho buscará compreendê-lo a partir da lógica contraditória do sistema do capital e do seu processo de auto expansão como o principal responsável pelo colapso vivenciado pela humanidade nos dias atuais. Trata-se de uma problemática que não só coloca em risco o equilíbrio ambiental como a vida dos seres humanos e impossibilidade da existência das futuras gerações. Nesse sentido, abandona-se a antiga ideia de que as crises tem suas raízes metafísicas e, busca-se compreendê-la como uma realidade concreta, cuja profundidade revela o caráter destrutivo do capital e suas consequências para o meio ambiente.

Levando em consideração as transformações societárias nas últimas décadas, o avanço das forças produtivas do sistema do capital a partir dos anos 1970 e, por isso, o avanço da ciência e tecnologia enquanto elementos fundamentais de reprodução do sistema e suporte de destruição dos recursos ambientais, esta proposta de estudo buscou compreender as interconexões entre estas partes.

Nessa perspectiva, este trabalho se sustenta no método crítico dialético enquanto apreensão da realidade e operação teórico-metodológica, com o objetivo de compreender as particularidades históricas e os principais elementos que deram ênfase na consolidação do modo de produção capitalista. Compreender os processos pelo princípio dialético supõe captar que a realidade a partir da sua dinâmica contraditória, apresentam fenômenos para além da sua aparência imediatamente dada. Para tanto, a pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos que a sustentaram foram a revisão bibliográfica e análise documental para compreender o colapso ambiental em curso e sua relação com a dinâmica da acumulação capitalista.

Antes de qualquer coisa, é fundamental destacar a influencia teórica do autor húngaro István Mészáros para a construção do estudo, principalmente através da sua obra *Para Além do Capital* (2011). Entre tantas produções literárias acerca da temática, justifica-se a escolha pela referida obra, dada a sua magnitude que

contemplou grande parte deste estudo e pela sua ardorosa defesa da humanidade. Ademais, utilizamos autores (as) condizentes teórico-metodologicamente com o entendimento de Mészáros no que tange o estudo acerca da crise estrutural do capital e a dinâmica do seu sociometabolismo e, também, das suas expressões e reflexos no bojo das relações sociais.

Nessa perspectiva, enfocaremos na discussão acerca da disjunção entre necessidade e produção de riqueza. O objetivo é apresentar elementos históricos e conceituais que evidenciem as mudanças nas relações entre seres humanos e natureza nos períodos anteriores ao domínio do capital, isto é, a Antiguidade Clássica e, logo após, as relações consolidadas no interior da lógica capitalista. Posteriormente, em um segundo momento, abordaremos sobre como essa nova relação estabelecida na modernidade se materializa e suscita um caráter de incontrollabilidade do capital, que destrói a humanidade e a natureza a qualquer custo e que tem o seu destino incerto. Trata-se de um sistema que ignora toda e qualquer tentativa de reversão dos seus imperativos e traços destrutivos, que se nutre da natureza, das relações sociais e da força de trabalho humana para perpetuar a sua reprodução.

Concluiremos com postulações acerca das possibilidades de transformação da realidade social, na tentativa de encontrar elementos centrais que possibilitem a construção de uma organização societária livre de toda e qualquer tipo de exploração e distante dos imperativos do capital. Lembra-se, aqui, que as considerações realizadas neste trabalho são apenas reflexões e ponderações que podem suscitar a abertura de novos caminhos para estudos posteriores. Sendo assim, a compreensão crítica da realidade é uma das principais tarefas do nosso tempo, principalmente quando se trata da construção de uma agenda de transformação social emancipatória.

2 DESENVOLVIMENTO

O constante processo de desenvolvimento e expansão do sistema capitalista condicionou a vida humana em todas as suas esferas. Desde os seus primeiros resquícios e raízes, o sistema carrega consigo diversas modificações nas relações sociais. Após os desdobramentos da Revolução Industrial e Científica, o modo de produção capitalista impulsionou os processos sociais de urbanização, globalização, imigração e industrialização (HARVEY, 2005) que apresentaram ao mundo uma nova dinâmica de produção de mercadorias e consumo.

A industrialização, por exemplo, passou a ser entendida como uma das principais responsáveis por essas mudanças, pois o seu processo interfere diretamente na dinâmica dos espaços geográficos, corrobora na intensificação dos fluxos populacionais e alavanca a instrumentalização de novos meios e mecanismos fundamentais para as atividades humanas, inclusive na sua relação com os recursos naturais enquanto matéria-prima (HARVEY, 2005).

As transformações históricas apresentadas dizem respeito à intensidade alcançada pelo desenvolvimento do sistema do capital no período após a revolução industrial, que permitiu sua expansão e plena consolidação. A globalização, as novas correntes de pensamento, o avanço das ciências/tecnologia e a cisão entre a antiga relação ser humano e natureza evidenciaram assim, que um novo tempo nasceria e os próximos capítulos da humanidade passariam de fato pela manutenção do sistema. As barreiras do capital se estendiam cada vez mais (NETTO, 2001).

Para Mézáros, especificamente, a dinâmica da disjunção de necessidade e produção de riqueza evidencia uma dupla inquietação. Inicialmente, porque não é possível apresenta-la enquanto um firme suporte, embora o processo seja eficaz principalmente em países capitalistas e privilegiados graças ao seu dinamismo e, secundamente, parafraseando-o, o “modo de produção do capital possui apenas alguns poucos séculos na história humana, e estabelecer sua permanência absoluta

requer muito mais do que as asserções, que se confundem com desejo, dos seus defensores” (MÉSZÁROS, 2011).

Desse modo, mesmo com a lógica profunda de domínio e universalidade do capital, a sua superação não deve representar um objetivo utópico, pelo contrário, a manutenção da ciência, tecnologia e produção cooptadas por ele, devem servir como uma reversão da manutenção e que no futuro sejam utilizadas para satisfazer as necessidades básicas da humanidade, sustentadas principalmente no trabalho ontológico (MÉSZÁROS, 2011).

Como circunscreve Paniago (2001), é necessário que retomemos ao passado para encontrar as formas primitivas e transitórias do capital já presentes na Antiguidade clássica.

Desse modo, constata-se que o capital existe antes da sua forma capitalista, a sua materialização se dava através de cédulas ou processos de troca ainda distante do seu desenvolvimento e maturidade plenas hoje alcançadas.

Consoante a isso, Mézszáros (2011), defende que para compreender a natureza e as forças restritivas e estruturais prevalecentes do capitalismo, é fundamental comparar a ordem estabelecida por ele na atualidade com os seus antecedentes históricos, assim dizendo, isso implica considerar o modo de operação do sistema do capital como exceção e não regra “no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza em si” (MÉSZÁROS, 2011, p.91)

Os reflexos das primeiras manifestações do capital na Antiguidade não alcançavam o seu caráter universal hoje presente, somente a mercantilização da força de trabalho, as revoluções industrial e científica, a produção de riqueza e a exploração - em todos os seus sentidos e aspectos - possibilitaram a sua maturidade. A expansão e o caráter de contradições do sistema do capital vão de encontro com a ideia de produção de mercadorias para sanar necessidades básicas humanas, já presentes na Antiguidade. Em outros termos, o capital não aceita nada e nem ninguém que ouse confrontá-lo e, quem o fizer, será destruído (PANIAGO, 2001).

A busca pelas necessidades humanas básicas, enquanto o “primeiro ato histórico”, é o que leva de fato a produção dos meios para satisfazê-las.

Compreendem-se aqui as necessidades humanas básicas como um conjunto de elementos fundamentais para sobrevivência, ou seja, primeiro é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais fundamentais para viver e se reproduzir (CARNEIRO, 2002; MARX, 2011).

O processo de desenvolvimento da história humana nos mostra que a relação entre ser humano e natureza é um elemento fundamental na chamada luta pela sobrevivência desde os primórdios. No entanto, com o desenvolvimento da tecnologia, das ciências e o processo de transição para o sistema capitalista, essa relação apresentou mudanças bruscas que impactaram diretamente na natureza e nas relações sociais.

O pensamento crítico-dialético, segundo autores como Mészáros (2011) pontuam que a relação entre ser humano e natureza na antiguidade não representavam uma problemática ou pelo menos em grande parte dela. No entanto, as mudanças trazidas pela instauração do sistema vigente constituíram uma reversão radical dos princípios orientadores que caracterizavam a produção na Antiguidade clássica.

Isso porque uma das principais mudanças trazidas por esse sistema está ligada diretamente a relação entre produção para sobrevivência e produção de riqueza. Em melhores palavras, na Antiguidade, por exemplo, a riqueza não aparecia como finalidade da produção, o ser humano ocupava esse espaço. Os produtores, de fato, “tinham acesso direto aos meios de sua própria reprodução” (WOOD, 2000, p.2).

Não obstante, quando comparadas Antiguidade e Modernidade, há diversas contradições, principalmente em se tratando do não reconhecimento do ser humano enquanto ser político e social e também, na sociedade moderna a produção é, em primeira instância, voltada para o lucro e enriquecimento do sistema capitalista, e não para o atendimento das necessidades básicas humanas como principal objetivo. Na Antiguidade, então, “a riqueza não aparece como a finalidade da produção” (MARX, 2011, p 645).

Ainda sobre a Antiguidade, Mészáros destaca:

A questão é sempre que modo de propriedade cria os melhores cidadãos. A riqueza aparece como um fim em si mesmo apenas entre os poucos povos comerciantes - monopolistas do comércio de longa distância - que viviam nos interstícios do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval... Portanto, a antiga visão na qual o ser humano aparece como finalidade da produção, que não leva em consideração o seu limitado caráter nacional, religioso ou político, parece muito grandiosa comparada ao mundo moderno, no qual a produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza como o objetivo da produção (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

A produção e acúmulo de riqueza só se tornou de fato finalidade da humanidade quando houve o processo de instauração e desenvolvimento do capitalismo, o valor de uso foi deixado para trás e o valor de troca passou a dominar as sociedades. O perverso caráter do sistema do capital em separá-los foi o pilar principal de seu desenvolvimento e reprodução nos séculos seguintes. Isso porque havia um conflito de interesses, visto que somente com o valor de uso os objetivos do sistema não estavam sendo alcançados e, como se sabe, ele necessita constantemente da produção e reprodução do valor de troca para se firmar (MÉSZÁROS, 2011).

É preciso mencionar que as antigas comunidades indianas representavam nitidamente essa relação de produção para consumo, se fundamentando em posse comum das terras, no artesanato, na agricultura e principalmente na divisão fixa do trabalho. Cabe ressaltar que, ainda na lógica destas comunidades, somente as produções excedentes eram comercializadas, isso significa que as necessidades humanas básicas da comunidade ocupavam espaço prioritário na produção e somente o excesso era destinado para as trocas comunais.

Em suma, o mecanismo comunal representava uma divisão planejada do trabalho (MÉSZÁROS, 2011). As relações de produção comunais se estendiam para além das comunidades citadas na Antiguidade, o artesanato urbano, por exemplo, denunciava que a finalidade da produção dos objetos acompanhava o raciocínio dos povos indianos, ou seja, a produção para subsistência e não com o aspecto de acúmulo ou riqueza.

Nos escritos de Marx (2013), outro exemplo clássico e contrário à lógica dominante do capital - em especial o capital mercantil em expansão - diz respeito ao sistema de guildas também presente na Antiguidade, isso porque havia um conflito

direto entre os princípios constitutivos do capital que caminhavam de encontro às práticas produtivas de subsistência das guildas. Entretanto, estas práticas ainda obtiveram sucesso por muito mais tempo que as práticas das comunidades indianas devido à sua orientação “e a razão pela qual foram bem-sucedidas por muito tempo na sua ação defensiva foi sua orientação para a produção de valores de uso” (MÉSZÁROS, 2011, p 607).

Em contrapartida, as práticas pautadas no autoconsumo ou contrárias ao posterior domínio do capital perderam espaço e relevância no ambiente da produção, pois a lógica inata do capitalismo primeiro impunha “várias determinações espontâneas antes que pudesse com sucesso impor à humanidade os imperativos materiais de seu próprio funcionamento” (MÉSZÁROS, 2011).

Para Mézáros

Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza, e portanto sua apropriação da natureza, que requer uma explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas antes a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e sua existência ativa, uma separação que está posta completamente apenas na relação entre trabalho assalariado e capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 608)

Isso evidencia que o modo de produção capitalista ignora a relação de domínio dos seres humanos sobre a natureza como pré-condição necessária para o seu processo de sobrevivência, e é a partir disso que as suas contradições são evidenciadas. Ao passo em que as comunidades sustentadas na produção para consumo se desenvolviam e, não somente os povos indianos, o sistema do capital encontrava maneiras de permear essas relações básicas objetivando a disjunção entre a produção para necessidade e a produção para riqueza.

As comunidades então deixam de produzir predominantemente para autoconsumo e passam a ser engolidas pelos imperativos materiais do capital e sua incessante busca pela valorização do valor, “as comunidades indianas fechadas em si próprias e autossuficientes tiveram, de fato, que pagar um preço muito elevado pelo modo no qual as condições de existência do seu povo continuaram a ser repetidamente reproduzidas com autoimposta estabilidade” (MÉSZÁROS, 2011, p.

609).

Conforme circunscreve Wood (2000), a ruptura nos antigos padrões de interação entre seres humanos e natureza (para alcançar suas necessidades básicas) se apresenta como um solo fértil para o desenvolvimento do capital, isso porque ele permeia, mesmo que tardiamente, as relações de trocas para se consolidar.

Sob outro viés, em Carneiro (2002) percebe-se que há a defesa da ampliação das necessidades como eixo central da vida humana na modernidade e, seria através de equipamentos potencializadores de novas forças produtivas que haveria o alcance pleno desses anseios. No entanto, todo o sistema de necessidades humanas, junto com suas condições de satisfação, é radicalmente alterado no curso das transformações históricas.

Ainda para Mészáros (2011):

Enquanto permanece um desafio aberto a questão da “unidade da humanidade ativa com as condições naturais inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza”, sua realização é apenas concebível no nível mais avançado de intercâmbio produtivo com ambas as dimensões da natureza. Deve abarcar a natureza “externa”, confrontando o ser humano natural (com suas múltiplas propriedades e forças adaptáveis, assim como com suas resistências indomáveis), e a natureza “interior”, isto é, a “própria natureza da humanidade” que se desenvolve historicamente (a qual inclui as condições inorgânicas, naturais, de intercâmbio com a natureza) (MÉSZÁROS, 2011, p. 608).

Dessa forma, as imposições do modo de produção e reprodução do capital determinaram e determinam as vontades do sujeito, pois sob o comando do capital os seus desejos e anseios não são mais seus. A sua propriedade, por exemplo, passa a ser uma extensão do sistema e por isso há uma ruptura entre produção para as necessidades básicas humanas e produção para acúmulo de riqueza. Assim, o sistema posto tende a destruir toda e qualquer lógica que contrarie o seu processo de desenvolvimento e acumulação, inclusive a produção de mercadorias para subsistência (PANIAGO, 2001, p. 129).

Ainda em Wood (2000) todas as cidades ou áreas urbanas que se utilizam da troca de mercadoria ou do comércio como forma de reprodução tendem a carregar consigo potenciais capitalistas, em outros termos, basta “apenas uma relativa

expansão espontânea do comércio para desencadear o desenvolvimento do capitalismo e leva-lo à maturidade” (WOOD, 2000, p 12).

Dessa forma, no tocante ao seu desenvolvimento, a dinâmica do sistema do capital impôs a humanidade “a produção de riqueza como finalidade que a tudo absorve” (MÉSZÁROS, 2011, p.610). Assim, a produção enquanto valor de uso desapareceu no horizonte e os imperativos do capital passaram a determinar o as relações sociais e de produção.

As transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais promovidas pelo avanço das forças produtivas trouxe a humanidade nos últimos três séculos incontáveis ameaças como as destruições ambientais, a fome, as desigualdades, mortes em níveis elevados, guerras, dentre outros (HARVEY, 2005).

As condições impostas pelo sistema posto não só condicionaram todo o progresso da humanidade como também iniciou um processo de ressignificação econômica no que tange a relação dos seres humanos com a natureza. O conceito de propriedade enquanto um elemento fundamental para o desenvolvimento dos seres humanos foi brutalmente modificado devido aos fortes impactos das determinações capitalistas (MÉSZÁROS, 2011).

Dessa forma, a propriedade não remete mais uma extensão da humanidade, muito menos “a relação de um ser humano com suas condições naturais de produção como pertencentes a ele, como suas, e pressupostas junto com o seu próprio ser; relações com tais condições como pressupostos naturais de seu eu” como afirma Mézáros (2011, p. 611). Pelo contrário, sob o domínio da lógica capitalista o sujeito que vende sua força de trabalho não pode nem mais considerar a mercadoria como parte constitutiva do ser. Logo, há uma ruptura entre ser humano e a sua maneira de se relacionar com a natureza, ou seja, com o fruto do seu trabalho.

A sagacidade do capital em entranhar-se nos antigos padrões de interações entre seres humanos com a natureza é o que permite a sua constante expansão “de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam - permanentemente acumulado, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente”

(WOOD, 2000, p 14).

Na lógica descrita por Mészáros, “a maneira com que o capital se relaciona com as condições básicas de reprodução do metabolismo social está vinculada à necessidade de contínuo crescimento de escala de produção e da disputa pelos domínios dos mercados” (PANIAGO, 2001, p. 87) e, para isso, necessita da ressignificação da propriedade para dar continuidade no seu processo de expansão e exploração dos recursos materiais e da força de trabalho.

Nesse raciocínio, a lógica do sistema capitalista sobrepõe às vontades e anseios dos sujeitos e, principalmente, ressignificam a sua relação com o mundo material e do trabalho, “o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista” (MÉSZÁROS, 2011, p. 611).

O processo de alienação como engenho de manipulação e de distanciamento do ser humano da sua essência é o que permite as viáveis condições de reprodução do sistema do capital, melhor dizendo, os sujeitos se tornam meramente consumidores manipulados e distantes da sua própria produção material.

A discussão travada até aqui, portanto, compreende que é primordial reconhecer as crises de valor de troca no interior do sistema do capital que implicam diretamente na “redefinição radical “de riqueza”, no mesmo espírito em que o significado distorcido pelo sentido capitalista de “propriedade” necessita de uma redefinição radical” (MÉSZÁROS, 2001, p.604).

Em outras palavras, o principal caminho a ser trilhado - e também o mais complexo - é de como tornar novamente o ser humano como finalidade da produção diante da constante expansão do capital, do seu caráter incontrolável, das suas nítidas contradições intrínsecas e da sua dinâmica inevitavelmente expansível “que cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2005, p43).

Identificar esses aspectos mencionados aqui vai ao encontro com o que Mészáros (2011) retratava em não insistir na ideia de que o capital é simplesmente uma entidade material ou um mecanismo racional de controle, pelo contrário, ele se

manifesta como uma forma incontrolável de domínio sociometabólico que engloba toda e qualquer esfera da vida.

3 CONCLUSÃO

Portanto, o que foi dito ao longo do presente estudo teve como intuito o resgate da discussão a respeito das interações entre seres humanos e natureza nos períodos anteriores ao desenvolvimento e maturação do sistema do capital e nos momentos posteriores ao seu domínio universal. No que se refere a essa discussão, tem-se a disjunção entre necessidade e produção de riqueza como ponto central,

objetivando a compreensão de elementos que evidenciem as mudanças ocorridas na transição da Antiguidade Clássica para a Modernidade, dando destaque para a produção de mercadorias enquanto meio de sobrevivência e a produção de mercadorias para acúmulo de riqueza.

Por um lado, as relações de produção de mercadorias presente na Antiguidade Clássica tinham como objetivo o atendimento das necessidades humanas básicas em primeira instância, ou seja, os alimentos, as vestimentas ou até mesmo a criação de animais não humanos eram destinados para autoconsumo da humanidade. O valor de uso, portanto, é definido enquanto a sua capacidade de satisfazer essas necessidades. Para autores como Carneiro (2002) as necessidades humanas básicas se constituem enquanto um primeiro ato histórico, pois primeiro é necessário se alimentar, se vestir, ter habitação ou moradia e outros elementos fundamentais para viver e se reproduzir.

Por outro lado, levando em consideração as primeiras evidências do sistema do capital atrelado aos processos da Revolução Industrial e Científica, a produção de mercadorias assumiu a função de acúmulo de lucro e riqueza, sendo considerada como mecanismo de reprodução do sistema vigente na sua incessante busca pela valorização do capital. Nesse sentido, o valor passou a determinar as vontades dos sujeitos e o atendimento das suas necessidades básicas tornou-se um momento secundário, tendo em vista a lógica de produção capitalista.

Em virtude disso, o modo de produção capitalista assume um caráter de incontroleabilidade que não pode e nem consegue reprimir o seu impulso de expansão e, na tentativa de expandir cada vez mais as suas barreiras, o sistema se depara com seus próprios limites. Assim, o capitalismo assume cada vez mais uma face destrutiva, considerando a sua lógica que destrói todo e qualquer obstáculo que contrarie o seu processo de acumulação de riqueza.

Observa-se assim, a manifestação da crise estrutural emergida na década de 1970 enquanto um fenômeno e resposta frente à sua lógica de expansão a qualquer custo. Crise essa que condiciona e apresenta ao mundo uma mudança no bojo das relações sociais manifestadas por um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais.

No que se refere aos condicionamentos socioambientais impulsionados pela crise estrutural do capital, compreende-se uma gama de implicações e manifestações diretas no meio ambiente e na destruição dos recursos naturais. Isso ocorre porque a lógica do sistema considera a natureza enquanto elemento puramente utilitário como pré-condição para a sua expansão.

Dessa forma, para que os lucros capitalistas se intensifiquem, os produtos e mercadorias precisam quebrar mais rápido e torna-se obsoletos e, para que toda mercadoria seja vendida como produto final, o sistema precisa destruir a natureza no sentido de obter matéria-prima. Ademais, para atender às demandas de reprodução do capital, a obsolescência das mercadorias acaba se tornando um processo de destruição, devastação e esgotamento dos recursos naturais. A intensificação do lucro do capital é proporcional às destruições ambientais sofridas pela natureza nos últimos tempos.

Esse modelo de produção e consumo adotado pelo sistema do capital sustentado na estratégia da vida (in)útil das mercadorias está sendo determinante para o esgotamento dos recursos naturais. Reforça-se que as destruições impulsionadas pelo capital não se limitam somente a esses pontos, tendo em vista o seu caráter de universalidade que abarca todas as esferas da vida e do globo terrestre.

O que se depreende, portanto, é a necessidade de reversão da lógica destrutiva do capital, uma vez que subordina a vida social aos seus imperativos, levando a humanidade em direção ao abismo. Em outros termos, é necessário que se proponha a construção de uma sociedade alternativo que tenha como princípio a preservação da natureza, o que, no entanto, nos impele a erradicação desse modelo econômico sustentado na produção destrutiva do mundo que conhecemos. Por conseguinte, é necessário afirmar que somente a adoção de remédios estruturais pode solucionar a crise estrutural do capital.

Para esse propósito, as questões socioambientais, políticas e econômicas devem ser pensadas como unidade e não elementos deslocados da realidade concreta. O que se pode considerar, por fim, é pensarmos que, para preservar a vida no planeta, em todas as suas formas e manifestações, é indispensável,

sobretudo urgente, superar o capitalismo e construir uma sociedade que não tenha a destruição da vida como princípio.

4 REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. Revista Outubro, n 06, 2002

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Unicamp, 2001.

GOMEZ, Andre Villar. Pesadelo high-tech: a quarta revolução industrial e o fim do mundo que conhecemos. Juiz de Fora, v.17, p.0-16, ago. a dez./2017.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Expressão Popular: São Paulo. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes, 2013.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (Livro 1, pgs 303 a 382; pgs 514 a 542).

MARX, Karl. O capital-Livro 3: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital. Boitempo Editorial, 2017.

MENEGAT, Marildo. Convergência do terror. Rio de Janeiro, 2020.

MENEGAT, M. O fim da gestão da barbárie. Territórios transversais, Rio de Janeiro, p. 14 - 16, 30 set. 2015.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A Incontrolabilidade Ontológica do Capital: um estudo sobre Beyond Capital, de L.Mészáros. Rio de Janeiro, 2001.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Mészáros e a incontrolabilidade do capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. - 2.ed. rev. 160 p.

PEREIRA, Potyara, Questão social, serviço social e direito de cidadania: Temporalis, revista da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social, Brasília, n. 3. 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.12-29.

,